



Interpeleção Escrita

A principal política de governação da RAEM deve ser a continuação da disponibilização de mais habitações públicas à população. O Instituto de Habitação, em resposta à minha interpeleção escrita do dia 10 de Novembro do ano passado, referiu que: *“apesar de já ter sido declarada a caducidade da concessão do terreno localizado na Taipa, junto da Avenida Wai Long e da Estrada da Ponta da Cabrita, o respectivo processo ainda se encontra em tribunal, pelo que a DSSOPT, para além de continuar a acompanhar a evolução do processo, irá proceder, assim que tal seja possível, aos trabalhos de planeamento do seu aproveitamento. Quanto aos restantes terrenos cuja concessão já foi declarada caducada, o Governo irá estudar a finalidade a dar a cada um, tendo em consideração a respectiva localização, área e configuração, para além da articulação com o ambiente envolvente, tráfego, instalações comunitárias para satisfação das necessidades quotidianas, políticas de habitação pública, bem como as necessidades do desenvolvimento social e económico de Macau, sendo que será dada prioridade à construção de habitação pública”*. Mais, referiu ainda que, para além de terem de ser analisadas as 1900 candidaturas de 2013 para efeitos de sorteio de habitação económica, também estão a ser analisadas outras matérias, contudo, passados 4 meses, ainda não vemos nenhum trabalho feito.



Nestes termos, interpele o Governo sobre o seguinte:

1. Após os trabalhos preliminares referentes ao terreno localizado na Taipa, junto da Avenida Wai Long e da Estrada da Ponta da Cabrita, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas publicou um despacho no Boletim Oficial, no dia 2 de Março do corrente ano, declarando a caducidade dos terrenos também localizados na Taipa, junto da Avenida Wai Long, referente às parcelas 1c, 2, 3, 4 e 5. Actualmente, o Governo já tem disponíveis, ou não, os dados para considerar a respectiva localização, área e configuração, articulação com o ambiente envolvente, tráfego, instalações comunitárias para satisfação das necessidades quotidianas e políticas de habitação pública, para efeitos de construção de habitação pública naquela zona? O Governo pode planear, com a maior brevidade possível, a construção de 15 mil fracções de habitação económica nesses terrenos?
2. Após o sorteio de 2013, os mais de 40 mil candidatos excluídos do concurso não sabem quando é que vão ter uma nova oportunidade para concorrer e não têm esperanças de o Governo abrir brevemente um novo concurso para habitações públicas. O Governo pode prometer que vai haver um plano para a construção de habitações públicas nos terrenos acima referidos e também nos que ainda vão ser declarados caducados,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(Tradução)

com vista a que, ainda no presente ano, possa ser dada a garantia de que no primeiro semestre de 2017 vai ser aberto concurso, de forma a disponibilizar habitações económicas e sociais à população?

3. O Governo da RAEM pode divulgar os resultados da avaliação do sorteio dos mais de 40 mil candidatos, referente ao concurso de 2013? Pode dizer-nos o número exacto dos agregados familiares habilitados ao concurso?

O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,

Ng Kuok Cheong

21 de Março de 2016